

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 90008/2025 – SEMAN

Recorrente: LUVI COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA –
CNPJ 39.435.028/0001-97

Recorrida: ALEV (licitante habilitada)

Objeto: aquisição/fornecimento de cimento (conforme TR)

À(o) Pregoeira(o) e Equipe de Apoio do Pregão Eletrônico nº 90008/2025 (SEMAN)

A **LUVI COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 39.435.028/0001-97**, com situação cadastral **ATIVA**, sediada no **AM**, na condição de licitante participante do certame em epígrafe, vem, respeitosamente, interpor o presente:

1. CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é cabível por se insurgir contra a **decisão de habilitação** da licitante ALEV, por suposto descumprimento de requisitos de **qualificação econômico-financeira** e **qualificação técnica** exigidos no **Edital** e no **Termo de Referência**, requerendo a revisão do ato e a observância do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.

2. SÍNTESE DOS FATOS

A Recorrente verificou que a licitante **ALEV** foi considerada habilitada; contudo, ao analisar os arquivos apresentados (**HABILITAÇÃO/DECLARAÇÕES/PROPOSTA**), **não se identificam documentos essenciais** de habilitação exigidos pelo **Edital** e pelo **Termo de Referência**, especialmente no que se refere a: **(i)** qualificação econômico-financeira (balanços/demonstrações dos 2 últimos exercícios, certidão falimentar e comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo); e **(ii)** qualificação técnica (atestado(s) compatível(is) com o objeto).

Em licitações públicas, a habilitação deve ser **comprovada mediante apresentação efetiva** dos documentos requeridos, sob pena de violação à **isonomia**, ao **julgamento objetivo** e à **vinculação ao instrumento convocatório**. A doutrina é firme nesse sentido: **Hely Lopes Meirelles** ensina que a licitação é “procedimento administrativo formal” e que a Administração e os licitantes ficam vinculados às regras do edital, não sendo lícito afastar exigências previamente fixadas sem ofensa à igualdade entre os competidores (princípio da vinculação ao edital e da isonomia, em sua clássica lição sobre licitações e contratos).

No mesmo sentido, **Marçal Justen Filho** destaca que o edital funciona como a “lei interna” do certame: a Administração **não pode** flexibilizar critérios de habilitação

de modo a permitir que um licitante se habilite **sem comprovar** documentalmente o preenchimento dos requisitos, pois isso compromete a segurança jurídica, o julgamento objetivo e o tratamento isonômico entre os participantes (doutrina consolidada sobre a força normativa do edital e o controle da habilitação).

Assim, a manutenção da habilitação da ALEV **sem lastro documental suficiente** equivale, na prática, a uma mitigação indevida das regras do certame, tornando inócuas as exigências expressamente previstas no instrumento convocatório e gerando vantagem competitiva indevida à licitante declarada habilitada. O que se exige, portanto, é o restabelecimento do rito regular de habilitação, com a verificação estrita do atendimento às condições de qualificação econômica e técnica, tal como definidas no Edital e no TR, preservando-se a integridade do procedimento e a igualdade de condições entre os licitantes.

Por consequência, impõe-se o reconhecimento de que **a ausência** (ou não comprovação nos autos) de documentos nucleares de habilitação — notadamente balanços/demonstrações, certidão falimentar, comprovação de capital/PL mínimo e atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) — inviabiliza a conclusão pela habilitação, sob pena de violação direta à regra editalícia e aos princípios licitatórios. Diante disso, requer-se a revisão da decisão, com a adoção das medidas cabíveis (inabilitação ou, quando estritamente permitido, diligência nos limites legais), sempre com decisão expressamente motivada e registrada.

3. DO DESCUMPRIMENTO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O **Edital** exige, de forma expressa, para fins de **qualificação econômico-financeira**:

1. **Balanco patrimonial + DRE e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios;**
2. **Certidão negativa de feitos sobre falência** do distribuidor da sede; e
3. **Comprovante de capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

Ainda, o valor total estimado da contratação indicado no Edital é **R\$ 224.550,00**, de modo que a exigência de 10% corresponde a **R\$ 22.455,00** (capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo comprovado).

Entretanto, ao se examinar o conjunto documental apresentado pela **ALEV** (HABILITAÇÃO/DECLARAÇÕES/PROPOSTA), **não se visualiza** a juntada dos **balanços e demonstrações contábeis** dos 2 últimos exercícios, tampouco a **certidão falimentar** e a

comprovação objetiva do **capital mínimo/PL mínimo** exigido pelo instrumento convocatório. Em outras palavras, a habilitação econômico-financeira foi reputada atendida **sem o correspondente suporte documental**, o que compromete a rastreabilidade do julgamento e fragiliza a motivação do ato.

Nessa linha, a doutrina é convergente ao afirmar que a fase de habilitação possui natureza **estritamente vinculada** aos requisitos previamente definidos no edital. **Hely Lopes Meirelles** leciona que a licitação, como procedimento administrativo formal, submete-se ao princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**, de modo que as condições de habilitação não podem ser relativizadas ou dispensadas, sob pena de quebra da **isonomia** e do **julgamento objetivo**, afetando a igualdade de chances entre os licitantes.

Igualmente, **Marçal Justen Filho** ressalta que a Administração deve exigir “prova efetiva” do preenchimento das condições de habilitação, pois admitir a habilitação sem a documentação exigida equivale a **alterar as regras do certame durante sua execução**, criando um cenário de insegurança jurídica e de tratamento assimétrico entre concorrentes. Assim, inexistindo nos autos os documentos econômico-financeiros exigidos, a conclusão pela habilitação não pode subsistir, impondo-se a revisão do ato para restaurar a legalidade e a coerência do julgamento.

4. DO DESCUMPRIMENTO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ATESTADO)

Quanto à **qualificação técnica**, o **Edital** exige comprovação por **01 (um) ou mais atestados**, emitidos por pessoa jurídica pública ou privada, aptos a demonstrar **fornecimento compatível** com o objeto (conforme item 3 do TR), em **características/quantidades/prazos** compatíveis.

O **Termo de Referência** reforça que a comprovação técnico-operacional se dá por **Atestado(s) de Capacidade Técnica**. Entretanto, dentre os arquivos apresentados pela **ALEV** (habilitação/declarações/proposta), **não se identifica** atestado idôneo apto a comprovar a experiência exigida, nos exatos moldes do Edital e do TR, o que conduz, por consequência, à **inabilitação** da licitante recorrida, por ausência de comprovação da capacidade técnica mínima requerida.

A doutrina é firme ao assentar que a habilitação técnica não se presume: **Hely Lopes Meirelles** ensina que a licitação é procedimento administrativo **formal e vinculado**, em que as exigências previstas no edital devem ser observadas pela Administração e pelos licitantes, sob pena de quebra da **isonomia** e do **julgamento objetivo**. No mesmo sentido, **Marçal Justen Filho** ressalta que a Administração não pode substituir o conteúdo probatório exigido no instrumento convocatório por presunções ou equivalências, devendo exigir a **prova documental adequada** e

compatível com o objeto, porque a flexibilização indevida dos requisitos de habilitação compromete a igualdade competitiva e a segurança jurídica do certame.

A jurisprudência do **TCU** também orienta que a análise da habilitação deve ser **motivada** e respaldada em documentação suficiente, inclusive com o uso de diligência apenas nos limites legais. O **Acórdão 1.211/2021 – Plenário** consolidou entendimento de que o pregoeiro deve sanear falhas que **não alterem a substância** dos documentos, mas vedou o uso da diligência como atalho para **substituição** ou **apresentação tardia** de documentos essenciais sem observar os limites do saneamento.

Na mesma linha, o **Acórdão 799/2025 – Plenário** reforça que diligências podem ser usadas para sanar falhas formais **sem alteração substancial** do documento, o que não se confunde com suprir a **ausência** de prova essencial de capacidade técnica.

Há, ainda, precedentes em que o TCU reconhece como acertada a condução do certame quando se **rejeita** tentativa de “substituição probatória” do atestado exigido: o **Acórdão 387/2024 – Plenário** registra como medida correta a não aceitação de **documento substitutivo** quando o edital exigia **atestado de capacidade técnica**, preservando a vinculação ao edital e o julgamento objetivo.

E, quando a Administração aplica diligências de forma assimétrica ou usa diligência para “consertar” a habilitação de um licitante sem adotar o mesmo rigor e transparência para os demais, o TCU reprova o procedimento por comprometer a isonomia e a motivação — contexto debatido, por exemplo, no **Acórdão 924/2022 – Plenário**, em que se analisou diligência sobre documentos de habilitação técnica e seus impactos na igualdade de tratamento.

Diante disso, a ausência de **atestado(s)** compatível(is) com o objeto (cimento, conforme TR) não pode ser relativizada, pois constitui requisito material de habilitação fixado pelo instrumento convocatório. Portanto, impõe-se a revisão do ato de habilitação, com a consequente **inabilitação** da recorrida por não comprovação da capacidade técnica exigida, em respeito ao **edital**, ao **TR**, à **isonomia** e ao **julgamento objetivo**.

5. LIMITES DA DILIGÊNCIA E DO SANEAMENTO

A Recorrente ressalta que eventual tentativa de “regularização posterior” deve observar **estritamente** os limites legais e editalícios, sob pena de transformar a diligência em instrumento de **reabertura indevida** da habilitação, com prejuízo direto à **isonomia** e ao **julgamento objetivo**.

O **art. 64 da Lei nº 14.133/2021** é claro ao estabelecer que, **após a entrega** dos documentos de habilitação, **não se admite** a substituição/apresentação de novos documentos, **salvo** em sede de diligência **restrita** ao saneamento de falhas que **não alterem a substância** do documento nem sua validade jurídica. Em outras palavras:

diligência é mecanismo de **esclarecimento/complementação formal**, e não uma “segunda chance” para juntar aquilo que não foi apresentado no momento próprio.

A jurisprudência do **TCU** é reiterada no sentido de que o agente de contratação/ pregoeiro pode e deve promover saneamento quando cabível, porém **sem alterar a substância** do que foi apresentado, com **decisão motivada** e **registro** nos autos, sendo **vedado** utilizar diligência para suprir **ausência** de documento essencial de habilitação (sob pena de violação à isonomia e ao julgamento objetivo). Esse norte é coerente com entendimentos consolidados do Tribunal, a exemplo do **Acórdão 1.211/2021 – Plenário**, e de precedentes que reafirmam a diligência como saneamento formal, e não como substituição probatória.

No plano doutrinário, **Hely Lopes Meirelles** enfatiza o caráter **formal, vinculado e isonômico** do procedimento licitatório, no qual a Administração deve observar as regras do edital e exigir, no tempo próprio, a prova documental que ele determina, sem flexibilizações que favoreçam um licitante em detrimento de outro. De modo convergente, **Marçal Justen Filho** ressalta que admitir apresentação tardia de documentos essenciais significa **alterar as regras do certame após o início da disputa**, comprometendo a segurança jurídica e gerando assimetria competitiva — precisamente o tipo de desvio que os princípios licitatórios buscam impedir.

Assim, a **ausência de documentos nucleares** de habilitação (especialmente os econômico-financeiros exigidos e o(s) **atestado(s)** de qualificação técnica) **não pode ser convalidada** por diligência que importe, na prática, em **reabertura material** da habilitação para inclusão tardia do que não foi apresentado. A diligência, quando cabível, deve limitar-se a **sanear vícios formais** do que já existe nos autos, jamais a **criar** a prova que não foi trazida no momento oportuno.

Por conseguinte, caso se mantenha a habilitação sem a prova documental exigida, haverá não apenas afronta ao edital e ao art. 64 da Lei 14.133/2021, mas também um precedente de instabilidade procedimental: licitantes diligentes, que apresentaram a documentação completa no prazo, seriam colocados em posição de desvantagem frente àquele que não a apresentou, esvaziando o dever de observância às regras do certame e corroendo o próprio dever de julgamento objetivo.

6. PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Recorrente:

1. **O recebimento (conhecimento) e o provimento integral** do presente recurso administrativo, para **reformular** a decisão que declarou **habilitada** a licitante **ALEV**, por afronta às exigências do **Edital** e do **Termo de Referência**, bem como aos princípios da **vinculação ao instrumento convocatório**, **isonomia** e **julgamento objetivo**;

2. **No mérito**, seja declarada a **INABILITAÇÃO** da licitante **ALEV**, diante da **não comprovação** dos requisitos de habilitação, especialmente:
 - 2.1) **Qualificação econômico-financeira**: ausência/inexistência nos autos de **balanço patrimonial, DRE e demais demonstrações dos 2 últimos exercícios**, da **certidão negativa de falência** e de **comprovação objetiva de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10%** do valor estimado;
 - 2.2) **Qualificação técnica**: ausência/inexistência nos autos de **atestado(s) de capacidade técnica** compatível(is) com o objeto, nos termos do Edital/TR;
3. **Por consequência**, sejam adotadas as providências cabíveis para a **continuidade regular do certame**, com a convocação da **licitante remanescente**, observada a ordem de classificação, para fins de habilitação e demais atos subsequentes, preservando-se a eficiência e a celeridade do procedimento;
4. **Subsidiariamente** (apenas na hipótese de não acolhimento do pedido principal), caso V. Sa. entenda pela realização de diligência, que:
 - 4.1) a diligência seja **estritamente limitada** ao saneamento de **falhas formais** de documentos já existentes, **sem alteração de substância, sem admissão de juntada extemporânea** de documentos essenciais de habilitação, nos termos do **art. 64 da Lei 14.133/2021**;
 - 4.2) seja assegurado **tratamento isonômico** a todos os licitantes, com **registro integral** no sistema/ata, **motivação explícita** do ato e **publicidade** dos documentos analisados, para permitir a fiscalização e eventual contraditório;
5. Requer, ainda, que a decisão que apreciar o presente recurso seja **expressamente motivada**, indicando de forma clara: **(i)** quais documentos foram considerados para cada requisito de habilitação; **(ii)** a correlação objetiva com os itens do Edital/TR; e **(iii)** a fundamentação jurídica para eventual saneamento/diligência, com o respectivo registro nos autos.

Termos em que,
Pede deferimento.

Recife/PE, 27 de fevereiro de 2025.

LUVI COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA – CNPJ
39.435.028/0012-40

VINICIUS FREITAS
MONTE:05492844270

Assinado de forma digital
por VINICIUS FREITAS
MONTE:05492844270

Representante:

Vinícius Freitas Monte

Sócio-Proprietário
054.928.442-70

